

Seminário de História Religiosa Moderna
1ª Sessão – 17 de Março de 2009 – 17.00h-19.30h

1. **Comunicação: A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar** – por Giuseppe Marcocci, da Scuola Normale Superiore – Pisa, Itália.
2. **Presenças:** 22 participantes.
3. **Introdução:** José Pedro Paiva, em nome da Comissão Científica, deu as boas vindas a todos os presentes que vieram participar no Seminário de História Religiosa da Moderna que nesse dia iniciava o novo ciclo de 2009. A temática escolhida – A Inquisição – dará continuidade ao ciclo das sessões do Seminário do ano de 2008. Informava também da existência de uma página WEB que irá servir de instrumento de publicitação, informação e local de troca de opiniões entre os interessados de História Religiosa. Prometeu, em nome da organização, ali disponibilizar o Programa definitivo do Seminário que se iniciava. Uma palavra de apreço e simpatia dirigiu ao palestrante da 1ª Sessão, Giuseppe Marcocci, por ter aceitado o convite de assumir a responsabilidade da 1ª sessão. Após estas palavras introdutórias e de acolhimento, com texto previamente preparado, apresentou-nos uma síntese das várias abordagens e estudos que ao longo de duas centúrias tinham sido feitos sobre a Inquisição portuguesa. Referiu autores e obras que sobre a matéria incidiram reflexão, crítica e estudo.
4. **Texto da comunicação:**
5. **Bibliografia:** cf. Texto introdutório de José Pedro Paiva
6. **Intervenções livres:** Após a conferência seguiu-se um espaço de debate em que intervirem vários dos participantes, a saber: Ângela Barreto Xavier, Alexandre Pinto, António Ribeiro, Paulo Fontes, Matilde Santos, António Camões Gouveia e José Pedro Paiva. Esclarecimentos adicionais se pediam à sólida exposição, respeitavelmente bem documentada. Clarificação se pedia sobre o real equilíbrio entre as posições dos teólogos da corte e de outras pessoas da nobreza que então se posicionavam bem nas instâncias de decisão régia, inquisirindo-se se na reconstituição proposta não se estaria a sovalorizar o peso dos teólogos de corte. Ligada em parte a essa questão importava também avaliar da pertinência das diversas fontes diplomáticas utilizadas para reconstruir o processo da introdução da Inquisição. Solicitou-se a avaliação do pensamento de frei Gaspar de Leão, figura próxima do cardeal D. Henrique, em certa altura, mas que, mais tarde, como arcebispo de Goa se manifestará contra o baptismo forçado de nativos. Até que ponto se poderia admitir uma sensibilidade compósita na corte em tão premente questão? Que propósitos se pretendiam com a concessão pontifícia do tribunal da Inquisição? Tratar-se-ia apenas de mais um instrumento de centralismo político já em curso ou duma busca de confessionalidade monolítica para o reino? O espaço da corte, onde grupos influentes se posicionavam sobre a maior ou menor oportunidade do estabelecimento da Inquisição, parece continuar a pedir estudo para se avaliar o posicionamento de humanistas, bispos e outros prelados maiores de ordens monásticas e mendicantes. Inquiriu-se da existência de outras fontes, para além dos processos inquisitoriais, que permitissem avaliar da veracidade de algumas confissões feitas durante o processo inquisitorial, que era, objectivamente manipulado. Perguntou-se se o peso dos teólogos da corte mais ortodoxos junto de D. João III teve a sua génese apenas na década de 30, ou antes. Sugeriu-se que o posicionamento do cardeal D. Henrique não foi linear e não pode ser simplificado no decurso das cerca de 4

décadas em que governou o Tribunal da Fé, mostrando-se como figuras que lhe tiveram alguma proximidade, nos anos 60 e 70, como Tomé de Jesus, Sebastião Toscano, o “sapateiro santo” e outros foram apoquentados pela Inquisição. Sugeriu-se a necessidade de complementar o olhar centrado na corte, com o desenvolvimento das negociações sobre a criação da Inquisição junto de dois outros pólos intervenientes no processo: a Santa Sé e os representantes dos cristãos novos.